

# PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

## O que é o PNLL?

“O **Plano Nacional do Livro e Leitura** — PNLL — é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro.”

## Objetivos e Metas

O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, o indivíduo exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Trata-se de intensa valorização dos caminhos abertos ao indivíduo pela cultura escrita, sem que se deixe de reconhecer e se tente apoiar e preservar a cultura oral de nosso povo. Busca-se criar condições necessárias e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado em suas diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil, lastreada em uma visão republicana de promoção da cidadania e inclusão social e segundo estratégias gerais para o desenvolvimento social e de construção de um projeto de nação que suponha uma organização social mais justa.

São estabelecidos aqui alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazos:

- a) Formar leitores, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
- b) Implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios brasileiros;
- c) Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura;
- d) Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;

- e) Realização bienal de pesquisa nacional sobre *leitura*;
- f) Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da *leitura* e do *livro* em universidades e outros centros;
- g) Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;
- h) Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;
- i) Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país;
- j) Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos;
- k) Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em biblioteca (sobre o total de livros lidos no país);
- l) Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;
- l) Elevação do número de livrarias do país;
- m) Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
- n) Aumento do índice *per capita* de livros não didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura e que possuam ao menos dez livros em casa;
- o) Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura;
- p) Apoiar o debate e a utilização de copyrights não restritivos (*copyleft* e *creative commons*), equilibrando o direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita;
- q) Assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste Plano.

## **Eixos Estratégicos e Linhas de Ação**

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é constituído por projetos e programas que integram 18 Linhas de Ação agrupadas a partir de quatro eixos:

### **1. Democratização do Acesso**

- 1.1 Implantação de novas bibliotecas
- 1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
- 1.3 Conquista de novos espaços de leitura
- 1.4 Distribuição de livros gratuitos
- 1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura
- 1.6 Incorporação e uso de tecnologias da informação e comunicação

### **2. Fomento à Leitura e à Formação de Mediadores**

- 2.1 Formação de mediadores de leitura
- 2.2 Projetos sociais de leitura
- 2.3 Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura
- 2.4 Sistemas de Informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial
- 2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

### **3. Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico**

- 3.1 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado
- 3.2 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura
- 3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

### **4. Desenvolvimento da Economia do Livro**

- 4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro
- 4.2 Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens da cultura letrada
- 4.3 Apoio à cadeia criativa do livro
- 4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária, científica e cultural editada

## **Calendário de Eventos**

Você pode acessar o descritivo de cada uma das linhas de ação clicando [aqui](#).

## **Eixos de ação.**

No caso dos eixos e linhas de ação que são descritos a seguir, é preciso enfatizar que não se trata aqui da explicitação de um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como uma baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.

### **Eixo 1 - Democratização do acesso**

#### *1.1. Implantação de novas bibliotecas*

Implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braile, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.).

#### *1.2. Fortalecimento da rede atual de bibliotecas*

Fortalecimento e consolidação do sistema nacional de bibliotecas públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em

unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado.

### *1.3. Conquista de novos espaços de leitura*

Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, livrarias, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos. Leitura com crianças em situação de rua. Espaços de leitura nos locais de trabalho.

### *1.4. Distribuição de livros gratuitos*

Programas para distribuição de livros didáticos e não didáticos, não apenas para alunos e professores nas escolas, mas também para crianças, jovens e adultos inseridos em outros contextos, tais como hospitais, asilos, presídios, zona rural etc. Projetos de educação para a cidadania com livros (saúde, meio ambiente, trânsito, trabalho, juventude etc.). Distribuição de livros em cestas básicas, estádios, ginásios etc.

### *1.5. Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura*

Circuito nacional de feiras do livro. Coedições de livros em braille, livros digitais e audiolivros para atender a pessoas com deficiências, especialmente as de natureza visual. Projetos editoriais com jornais e revistas. Campanhas de doações de livros.

### *1.6. Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação*

Formulação e aprimoramento de técnicas que visem facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação. Produção e desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais, entre outros. Instalação de Centros de Leitura Multimídia, voltados para a pesquisa e divulgação, em especial nas áreas da *leitura* e do *livro*.

## **Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores**

### *2.1. Formação de mediadores de leitura*

Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infantojuvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades.

### *2.2. Projetos sociais de leitura*

Projetos para fomentar a leitura. Rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas etc.). Projetos de formação de neoleitores jovens, adultos e idosos em diversos contextos. Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais. Oficinas de criação literária para crianças e jovens. Encontro com autores. Banco de dados de projetos de estímulo à leitura, com avaliação e formatação para sua replicação. Editais de órgãos públicos e empresas estatais para apoiar projetos. Continuidade e fortalecimento do PROLER/FBN e de suas ações.

### *2.3. Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura*

Diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de livros, bem como pesquisas qualitativas sobre a recepção dos mais variados gêneros. Investigações sobre formação de base de conhecimento e sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura. Apoio às pesquisas sobre a história do livro no Brasil, história editorial brasileira, história das bibliotecas, história das práticas sociais de leitura, história das livrarias nos núcleos universitários de pesquisa e fora da academia. Programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura e a publicação, com apoio de instituições oficiais e/ou da sociedade, dos resultados dessas pesquisas.

### *2.4. Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial*

Estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a

cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial. Levantamento de dados para apurar os números de bibliotecas, livrarias, investimentos no setor editorial brasileiro, de investimentos das políticas públicas etc. Portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.

#### *2.5. Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura*

Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

### **Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico**

#### *3.1. Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado*

Programas governamentais de fomento à leitura (como o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER etc). Formulação de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura (PELL e PMLL), formulação de políticas nacional, estaduais e municipais. Marcos legais (leis do livro federal, estaduais e municipais; decretos e portarias). Realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro e a leitura. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública. Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à Leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião.

#### *3.2. Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura*

Campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, outdoors, cinema e outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura. Publicações de histórias de leitura e dicas de personalidades e pessoas anônimas da

comunidade sobre livros. Campanhas de conscientização da importância da biblioteca pública.

### *3.3. Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura*

Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Resenhas em jornais e revistas com lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio.

## **Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro**

### *4.1. Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro*

Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das práticas sociais de leitura no país. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro. Programas de apoio ao livro universitário.

### *4.2. Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura*

Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livrarias em praças públicas. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros-empresendedores. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda. Programas de educação continuada aos profissionais de livrarias. Programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.

### *4.3. Apoio à cadeia criativa do livro*

Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas, feiras etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Programas de apoio à



tradução. Fóruns de direitos autorais e copyrights restritivo e não restritivo.

#### *4.4. Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada*

Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para a tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.

### **Estrutura para Implementação**

A lei n.º 10.753, de 30/10/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. A regulamentação da lei permitirá a criação de instrumentos que facilitem a execução do disposto no art. 13 e suas alíneas, que incluem a articulação de diferentes instâncias e âmbitos governamentais e parcerias com o setor de criação e a cadeia produtiva do livro. A regulamentação da lei n.º 10.753 deverá apresentar o Plano Nacional do Livro e Leitura e formas possíveis para sua organização e estrutura, capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial. Para sua implantação, os ministérios da Cultura e da Educação deram o passo inicial ao editarem a Portaria Interministerial n.º 1442 de 10/08/2006, garantindo a estrutura e o marco legal para essa fase do processo, com a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo.

O Conselho Diretivo é composto por dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, um representante dos autores, um representante dos editores de livros, um representante de especialistas em leitura. A Coordenação Executiva é composta por cinco membros, representantes do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, da Fundação Biblioteca Nacional e de entidades representativas dos bibliotecários que compõem o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura (antes Câmara Setorial do Livro, Literatura e Leitura). O Conselho Consultivo é o próprio Colegiado Setorial do Livro,

Leitura e Literatura. A coordenação dessa estrutura está a cargo de um Secretário Executivo, nomeado pelos ministros da Cultura e da Educação. Após a fase inicial de implantação, encerrada depois dos primeiros três anos, outras ações demandarão novos instrumentos legais (portarias, outros decretos, leis, PECs), bem como os ajustes e a institucionalização que se façam necessários na estrutura governamental, de tal modo que seja possível enfrentar de forma adequada os novos momentos do processo desencadeado por este Plano. Distribuída em várias instâncias diretivas nas últimas administrações federais, a formulação e a ordenação de políticas públicas para o livro e a leitura requerem reflexão dentro do atual momento reformulador expresso pelo PNLL.

**Instâncias diretivas atuais:**

a) Debate/assessoria – O Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura, que integra o Conselho Nacional de Política Cultural, instituído por Portaria do Ministério da Cultura em maio de 2009, decorrente da antiga Câmara Setorial de Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em agosto de 2005), é o instrumento de participação política na elaboração, monitoramento e execução de políticas públicas de livro, leitura e literatura. É o espaço de concertação para articulação, entendimentos e busca do consenso, sempre que possível, na implementação de políticas públicas. É o espaço para a sociedade civil debater, defender e legitimar suas propostas para o setor;

b) Formulação e execução – No âmbito federal, a Diretoria de Livro, Leitura e Literatura, vinculada à Secretaria de Articulação Institucional, é o órgão do Ministério da Cultura responsável por formular políticas, programas, projetos e ações de acesso, difusão, produção e fruição ao livro e à leitura. Cabe ainda à Diretoria articular com a Fundação Biblioteca Nacional/Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas os programas de implantação e modernização de bibliotecas públicas municipais; integrar as políticas do Ministério com o Plano Nacional do Livro e da Leitura; articular e mobilizar os entes federados e a sociedade civil em torno de leis e de planos estaduais e municipais de livro e leitura; coordenar, integrar, monitorar e avaliar as ações de livro e leitura do

Programa Mais Cultura. Cabe à Fundação Biblioteca Nacional promover a difusão do livro, incentivando a criação literária nacional, no país e no exterior; atuar como centro referencial de informações bibliográficas; adquirir, preservar e difundir os registros da memória bibliográfica e documental nacional; coordenar, orientar e apoiar o Proler; coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; subsidiar a formulação de políticas e diretrizes voltadas para a produção e o amplo acesso ao livro, dentre outras atribuições. No âmbito do Ministério da Educação, cabe ao Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e Secretaria de Educação Especial (Seesp) executar programas do livro e apoiar programas de leitura, por meio de convênios. Ao MEC cabe dar continuidade às diversas políticas e ações que vem implementando nos últimos anos em diferentes frentes (acesso à produção científica, didática e artístico-cultural; fomento à projetos de mediação de leitura; produção de material científico, didático e artístico-cultural; pesquisa e avaliação sobre *leitura* e *escrita*, formação de mediadores de leitura; apoio à produção e distribuição de material literário para neoleitores), por meio de Instituições e Programas como o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); Cibec (Centro de Informação e Biblioteca em Educação); TV Escola, Portal de Periódicos da Capes; PNLD (Programa Nacional do Livro Didático); PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar); PNLDEJA (Programa Nacional do Livro Didático para EJA); Concurso Literatura para Todos; Napro (Núcleo de Atividades do Projeto Rondon); Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior); SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

Outros projetos e programas que se relacionam de forma transversal com a política setorial – caso, por exemplo, daqueles referentes à cadeia produtiva do livro, como as ações de exportação, desenvolvimento da indústria, apoio financeiro às pequenas e médias empresas, entre outros – são também desenvolvidos por outros ministérios e suas instituições vinculadas a empresas estatais.

## **Financiamento**

As fontes de recursos existentes e a explorar devem abranger fundos públicos, privados e mistos. Aos recursos orçamentários vinculados a programas de leitura, livros e bibliotecas, outros podem vir a ser criados (loterias culturais, novos editais de apoio). Também é imprescindível tornar obrigatória a inclusão de rubricas orçamentárias nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Outras possibilidades são os fundos de desenvolvimento e os créditos do sistema de financiamento e fomento industrial. Algumas possíveis fontes:

§ Orçamento da União (MinC/vinculadas; MEC/vinculadas; outros ministérios com ações na área);

§ Orçamento da União (a partir de emendas parlamentares);

§ Editais e orçamentos próprios de empresas estatais federais;

§ Orçamentos dos estados (incluindo estatais e vinculadas);

§ Orçamento das prefeituras (incluindo estatais e vinculadas);

§ Fundo Nacional de Cultura;

§ Recursos de projetos específicos